

# Economia PIB resiste à crise política e ao agravamento da pandemia

**Indicadores de atividade continuam a recuperar, apesar da queda na confiança. Cautela impera entre os economistas**

Os dados não indicam impacto negativo da crise política e do agravamento da pandemia sobre a atividade económica em Portugal e dezembro, para já, antevê-se em linha com a tendência de recuperação da crise, apesar da declaração do estado de calamidade. Foi essa a mensagem que o Expresso ouviu de vários economistas. Mas a cautela impera. A confiança dos consumidores e das empresas recuou, a situação da

pandemia na Europa preocupa e se o Governo avançar com medidas mais restritivas, a atividade deve ressentir-se.

“Os indicadores sinalizam uma contínua recuperação da atividade económica, sem aparentes efeitos negativos associados à perda de confiança dos agentes económicos”, afirma Rui Constantino, economista-chefe do Santander em Portugal, apontando que “dezembro, para já, antevê-se em linha com essa tendência”. Contudo, “a dinâmica dependerá da evolução da pandemia e das medidas restritivas que possam ser adotadas”, alerta, lembrando que “a nova variante do vírus está a fazer crescer as restrições à mobilidade”. Ainda assim, espera um crescimento do produto interno bruto (PIB) de 6% no quarto trimestre, em termos homólogos e de 4,8% no conjunto de 2021.

A nova projeção da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico para a economia portuguesa em 2021 é de 4,8%, alinhando com Governo e Banco de Portugal (BdP) — que eram os mais otimistas —, e apontando para 5,8% em 2022. Ora, tendo em conta o crescimento de 4,2% no terceiro trimestre, “as previsões mais otimistas para 2021 serão, neste momento, um cená-

rio mais provável”, diz Pedro Brinca, professor da Nova SBE. E lembra que o indicador diário de atividade económica do BdP “indica um crescimento nas últimas semanas, sugerindo um impacto limitado da crise política e do agravamento da situação pandémica”. Este indicador até acelerou em novembro, com um “crescimento médio homólogo até dia 28 de 3,9%, o que compara com 1,4% em outubro”, destaca Paula

Carvalho, economista-chefe do BPI. E sintetiza: “Os índices de atividade continuam a mostrar desagravamento progressivo, reduzindo a distância face aos níveis pré-covid.”

Mas as expectativas de Paula Carvalho são “cautelosas”, pois dependem da evolução da pandemia em termos internacionais e da capacidade de proteção das vacinas perante variantes mais agressivas. Por isso, espera um crescimento

de 4,3% em 2021, com um incremento homólogo de 4,2% no quarto trimestre. Ainda assim, “as economias têm revelado resiliência significativa, incluindo a de Portugal, onde os níveis de emprego alcançaram máximos históricos”, vinca. João Borges de Assunção, professor da Católica-Lisboa, também está cauteloso, já que os indicadores de confiança “não incluem informação posterior à declaração do estado de calamidade, ou o agravar das restrições no transporte aéreo internacional”. Além disso, “parece cada vez mais provável que dezembro tenha condicionamentos relevantes à vida social e económica” e “o período de contenção anunciado pelo Governo para o início de 2022 augura um início do ano fraco”.

Pedro Brinca chama a atenção para o impacto do fim das moratórias de crédito a empresas e para a dependência portuguesa da Europa, onde a situação pandémica é mais negativa. “Acredito que o primeiro trimestre de 2022 será mais complicado, uma vez que já se irão sentir medidas de contenção orçamental um pouco por toda a Europa, também como resposta à inflação”, remata.

SÓNIA M. LOURENÇO  
slourenco@expresso.imprensa.pt

## ECONOMIA PORTUGUESA CONTINUOU A RECUPERAR NO TERCEIRO TRIMESTRE

Taxa de variação homóloga do PIB por trimestre, em percentagem



FONTE: INE

## Descodificador por HUGO SÉNECA

# O que muda com a tarifa social da internet

A Tarifa Social da Internet vigora de 1 de janeiro a 31 de dezembro e pode ser revista todos os anos. Mais de **780 mil famílias de baixos rendimentos podem solicitar acesso à net de 12 Mbps com mensalidade de €6,15**

### 1 Como funciona a tarifa?

A Tarifa Social pretende estender à internet a modalidade de custos acessíveis que tem vindo a ser disponibilizada no fornecimento de água e eletricidade para 780 mil famílias com rendimentos baixos. A tarifa prevê mensalidades máximas de €6,15 (ou €5 mais IVA), e pressupõe uma velocidade mínima de 12 Megabits por segundo (Mbps) quando se descarrega ficheiros ou serviços da internet e uma velocidade mínima de 2 Mbps quando se envia ficheiros para a internet. A par destas velocidades, esta tarifa obriga os operadores a garantirem um teto mensal de 15 gigabytes (GB) para o tráfego de cada família abrangida por esta modalidade. A tarifa vigora de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022, apenas incide no serviço de internet e não contempla pacotes que abarcam TV ou telefone fixo. Os valores da tarifa foram definidos por portaria que regulamenta o Decreto-lei 66/2021, de 30 de julho.



FOTO GETTY IMAGES

### 2 Que operadores prestam o serviço?

Todos os operadores licenciados terão de garantir esta tarifa social. O serviço tanto pode ser prestado na rede fixa como na rede móvel — mas há um detalhe importante: os operadores podem exigir uma taxa de €26,38 (€21,45 acrescidos de IVA) para suportar custos de instalação de equipamentos, quando necessário. Este valor poderá ser pago em prestações mensais (durante um máximo de 24 meses, numa lógica similar à que é praticada pelos contratos de telecomunicações não abrangidos pela tarifa social). O “Diário da República” recorda que as características do serviço e os valores cobrados são “revisados anualmente em caso de necessidade de alteração dos procedimentos fixados ou de atualização do valor da tarifa social de acesso à internet em banda larga, dos parâmetros de qualidade ou das respetivas condições de atribuição”.

### 3 Quem pode solicitar a tarifa?

A portaria refere que são elegíveis para esta tarifa as famílias que tenham rendimentos anuais até €5808 ou que vivam com pensões de invalidez, subsídio de desemprego, rendimento de inserção social, complemento solidário para idosos ou abono de família. Também se prevê a atribuição da tarifa para estudantes universitários de famílias com baixos rendimentos. A tarifa deve ser solicitada junto de um operador licenciado no mercado nacional. O operador tem 10 dias para confirmar que o pedido está em consonância com os requisitos e atribuir o acesso à internet. Os consumidores deverão solicitar a tarifa através dos diferentes mecanismos comerciais disponibilizados, bastando para tal referir nome completo, número de identificação fiscal e morada fiscal do titular do contrato. Os estudantes têm de apresentar comprovativo de matrícula em curso universitário.

### 4 Como é que o Governo definiu as características do serviço?

O Governo optou por não seguir as recomendações da Autoridade Nacional das Comunicações (Anacom) que apontava para 30 GB de tráfego, download a 30 Mbps e upload a 3 Mbps. André de Aragão Azevedo, secretário de Estado para a Transição Digital, justificou a decisão com a necessidade de garantir um serviço autossustentável que evita que os operadores ativem mecanismos de compensação. A Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (Deco) considerou que a tarifa fica aquém do desejado e que seriam necessários, pelo menos, 33 GB de tráfego mensal. A conclusão tem por base um agregado de 2,5 pessoas; navegação diária de 50 páginas (76 MegaBytes ou MB); uma hora de redes sociais (100 MB/dia) e 30 minutos de videoconferência (270 MB/dia).



PATEK PHILIPPE  
GENEVE

BEGIN YOUR OWN TRADITION

NUNCA SOMOS VERDADEIRAMENTE DONOS DE UM PATEK PHILIPPE.

APENAS CUIDAMOS DELE PARA A GERAÇÃO SEGUINTE.

CALENDRÁRIO ANUAL, ECRÃ ESTILO REGULADOR REF. 5235/50R

DAVID ROSAS  
time experts

Lisboa - Av. Liberdade, 69A - T 213 243 870  
Porto - Avenida da Boavista 1471 - T 226 061 060  
Algarve - Quinta Shopping, Loja 20 - T 289 399 410  
www.davidrosas.com